



# Diretrizes para Multilateral Ambiental Acordos



**Southern African Development Community (SADC)**

**Linhas de Orientação para o Desenvolvimento das Posições Comuns Regionais da SADC no âmbito dos Acordos Multilaterais sobre o Ambiente**

Southern African Development Community (SADC) Secretariat  
Plot 54385 CBD Square  
Private/Bag 0095  
Gaborone, Botswana  
Tel: +267 395 1863  
Email: registry@sadc.int  
Website: www.sadc.int

ISBN: 978-99968-998-0-5

© SADC, 2023

Citation: Southern African Development Community (SADC) LEAP Strategy 2022 – 2032, Gaborone, Botswana,

**About SADC**

The Southern African Development Community (SADC) is an organisation founded and maintained by countries in southern Africa that aim to further the socio-economic, political and security cooperation among its Member States and foster regional integration in order to achieve peace, stability and wealth. The Member States are: Angola, Botswana, Union of Comoros, the Democratic Republic of Congo, Eswatini, Lesotho, Madagascar, Malawi, Mauritius, Mozambique, Namibia, Seychelles, South Africa, United Republic of Tanzania, Zambia and Zimbabwe.

# Diretrizes para Multilateral Ambiental Acordos





## Índice

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2 COMPROMISSOS ACTUAIS DA SADC NO ÂMBITO DOS ACORDOS MULTILATERAIS SOBRE O AMBIENTE</b> .....	3
<b>3 ANÁLISE SITUACIONAL DO ESTÁGIO ACTUAL DO DESENVOLVIMENTO DE POSIÇÕES COMUNS REGIONAIS DA SADC NO QUE DIZ RESPEITO AOS SEUS COMPROMISSOS AO ABRIGO DOS ACORDOS MULTILATERAIS SOBRE O AMBIENTE</b> .....	6
3.1 Reforço da coordenação dentro da SADC .....	6
3.2 Melhoria da qualidade e relevância das posições comuns da SADC .....	7
3.3 Reforço da eficácia das reuniões preparatórias para o desenvolvimento de posições .....	9
3.4 Equilíbrio entre as posições e os interesses nacionais e os princípios comuns regionais relativamente aos Acordos Multilaterais sobre o Ambiente .....	11
3.5 Como lidar de modo eficaz com a falta de consenso e a não adesão às posições comuns .....	11
3.6 Como lidar de modo eficaz com a não adesão às posições .....	12
3.5 Trabalhar de modo eficaz com outros agrupamentos regionais .....	13
3.6 Actuação e comportamento eficazes durante as CoPs .....	15
3.7 Reforço da coordenação entre os governos dos Estados Membros da SADC e a sociedade civil no âmbito dos Acordos Multilaterais sobre o Ambiente .....	16
3.8 Necessidade de linhas de orientação .....	16
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	16
<b>Anexo 1</b> Resumo das questões colocadas e das respostas recebidas sobre o desenvolvimento das posições comuns regionais da SADC e sobre o egajamento da SADC nos processos dos Acordos Multilaterais sobre o Ambiente em geral .....	18
<b>Anexo 2</b> Proposta de linhas de orientação para o desenvolvimento de posições comuns regionais da SADC nos Acordos Multilaterais sobre o Ambiente e aspetos relacionados no que respeita aos compromissos dos Estados Membros da SADC ao abrigo dos processos internacionais dos Acordos Multilaterais sobre o Ambiente .....	24
<b>Anexo 3</b> Melhores práticas para as reuniões virtuais .....	25

## Lista de Acrónimos

<b>AMCEN</b>	Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente
<b>CDB</b>	Convenção sobre a Diversidade Biológica
<b>CITES</b>	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção
<b>CMS</b>	Convenção sobre as Espécies Migratórias
<b>CNUCD</b>	Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação
<b>CoP</b>	Conferência das Partes
<b>EMs da SADC</b>	Estados Membros da SADC
<b>IIED</b>	Instituto Internacional do Ambiente e o Desenvolvimento
<b>MEA</b>	Acordo Multilateral sobre o Ambiente
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>SADC</b>	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
<b>UA</b>	União Africana
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UICN</b>	União Internacional para a Conservação da Natureza
<b>UNEA</b>	Assembleia das Nações Unidas sobre o Ambiente
<b>UNFCC</b>	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas
<b>UNFF</b>	Fórum das Nações Unidas sobre as Florestas
<b>USA</b>	Estados Unidos da América

# 1 Introdução

Em resposta aos crescentes desafios que se colocam à protecção do ambiente e ao desenvolvimento sustentável, os Estados-Membros das Nações Unidas negociaram vários Acordos Multilaterais sobre o Ambiente (MEAs) para fazer face a estes desafios colectivamente entre os países do mundo. Um acordo multilateral sobre o ambiente é um tratado, convenção, protocolo ou outro instrumento vinculativo, estabelecido entre três ou mais países com a finalidade de alcançar um objectivo ambiental.

Utilizando esta definição, haveria potencialmente uma lista muito ampla de MEAs, incluindo, por exemplo, alguns dos vários acordos de conservação transfronteiriça ou acordos de gestão de bacias hidrográficas estabelecidos pelos Estados-Membros da SADC (EMs da SADC). Neste sentido, é importante estabelecer uma diferença entre os MEAs que requerem uma abordagem regional comum ou uma posição comum da SADC e aqueles que não requerem. Para efeitos da



presente comunicação, os MEAs nos quais apenas os EMs da SADC são partes não são considerados como necessitando de tal abordagem regional comum ou de uma posição comum da SADC e não são discutidos com profundidade.

Todos os MEAs contêm disposições juridicamente vinculativas e a maioria comporta dimensões transfronteiriças que requerem a adopção de uma abordagem regional por um bloco regional como a SADC, mas não existe nenhum processo formal de priorização dentro da SADC que serviria de foco específico dos MEAs. Dentro da extensa lista de MEAs que os EMs da SADC têm de implementar, os quatro seguintes MEAs são considerados os mais actuais ou controversos:

- i. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), que visa alcançar a estabilização das concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera a um nível que possa prevenir a interferência antropogénica perigosa com o sistema climático;
- ii. Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CDB), que visa preservar e conservar espécies, usar a biodiversidade de formas sustentáveis e partilhar os benefícios dos recursos genéticos. Além disso, a CDB tem os seguintes protocolos associados:
  - a. O Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança, que visa reger os movimentos de um país para outro de organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna;
  - b. O Protocolo de Nagoya sobre o Acesso e a Partilha de Benefícios, que visa partilhar os benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos de forma justa e equitativa;
- iii. A Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (CNUCD), que visa melhorar as condições de vida das pessoas que vivem em terras áridas, manter e restaurar a produtividade da terra e do solo e mitigar os efeitos da seca; e
- iv. A Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), que visa proteger a vida selvagem contra a sobreexploração e evitar que o comércio internacional ameace espécies em extinção.

Destas, as três primeiras são Convenções das Nações Unidas e estão abrangidas pelo âmbito do Fundo Mundial para o Ambiente, que atribui recursos para a sua implementação, incluindo a participação nos processos destas Convenções. A CITES não é uma Convenção das Nações Unidas e não dispõe de um mecanismo de apoio específico à sua implementação (é apenas um fundo limitado para a participação dos países em desenvolvimento nas CoPs). Todos os 16 Estados Membros da SADC são signatários dos referidos MEAs e participam na sua implementação e participam também nas reuniões das Conferências das Partes (CoPs). Nomearam também os respetivos Pontos Focais Nacionais para cada Convenção.

Para além das quatro Convenções acima referidas, os EMs da SADC também pertencem a vários outros MEAs no domínio da gestão dos recursos naturais, tais como a Convenção de Ramsar sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional, a Convenção de Bonn ou a Convenção sobre as Espécies Migratórias (CMS, porém, nem todos os EMs da SADC são partes na mesma) e processos internacionais como o Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF). Os EMs da SADC são também partes de vários outros MEAs importantes, tais como a Convenção de Viena para Protecção da Camada de Ozono e o respetivo Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono, a Convenção de Roterdão sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, a Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes, bem como a Convenção Minamata sobre Mercúrio, que em todos ou em grande parte dos EMs da SADC são implementadas pelos ministérios ou departamentos responsáveis pelo meio ambiente. Estes MEAs são talvez menos contenciosos do que os primeiros quatro acima mencionados.

Existem outros processos e plataformas de negociação internacionais importantes, embora não sejam MEAs no sentido mais estrito, onde seria benéfico que a SADC adoptasse uma abordagem regional comum ou uma posição comum como base de engajamento. Trata-se dos seguintes sectores:

- i. a Assembleia das Nações Unidas sobre o Ambiente (UNEA) considerada por si só como sendo “o mais alto órgão de tomada de decisões a nível mundial em matérias relacionadas com o ambiente. Aborda os desafios ambientais críticos que o mundo enfrenta actualmente. Compreender estes desafios e preservar e reabilitar o nosso ambiente está no centro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A Assembleia sobre o Ambiente reúne-se bianualmente para definir as prioridades de políticas ambientais globais e desenvolver o direito internacional do ambiente. Através das suas resoluções e dos seus apelos à acção, a Assembleia proporciona liderança e catalisa as acções intergovernamentais sobre o ambiente.

A tomada de decisões requer uma ampla participação, razão pela qual a Assembleia proporciona uma oportunidade para todos os povos ajudarem a conceber soluções para a saúde do nosso planeta”;

- ii. a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), que se descreve como “uma união de membros representando organizações governamentais e da sociedade civil. Conta com as experiências, os recursos e o alcance das suas mais de 1.400 organizações membros e o contributo de mais de 17.000 peritos. Essa diversidade e a vasta experiência conferem à IUCN o estatuto de autoridade mundial sobre matérias relacionadas com a situação do mundo natural e com as medidas necessárias para a sua preservação”. Todos ou quase todos os EMs da SADC estão filiados à IUCN como Estados membros ou como agências governamentais (importando notar também que numerosas

organizações da sociedade civil da SADC também são membros). A IUCN é importante devido à sua grande e diversificada filiação (cerca de 1.300 ONGs são membros) e pelo facto de que adopta propostas (por votação, se não houver consenso), e produz recomendações de políticas que são adoptadas em outros MEAs, como CBD ou CITES, que têm um peso considerável devido à suposta estatura científica representativa da IUCN<sup>2</sup>; e, por último, mas não menos importante,

iii. a Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN), que “foi criada em Dezembro de 1985, na sequência de uma conferência dos ministros africanos do ambiente realizada no Cairo, Egipto. O seu mandato consiste em promover a defesa do ambiente em África; garantir que as necessidades humanas básicas sejam satisfeitas de forma adequada e sustentável; garantir que o desenvolvimento social e económico seja realizado a todos os níveis; e garantir que as actividades e as práticas agrícolas satisfaçam as necessidades da região em termos de segurança alimentar. As medidas adoptadas pela AMCEN na busca de soluções para as preocupações ambientais em África têm sido sempre participativas e consultivas desde o seu início. A existência da AMCEN teve um impacto na forma como as questões ambientais estão a ser tratadas na região. A AMCEN também contribuiu para reforçar a participação e o engajamento activos de África tanto nas negociações globais como nos acordos internacionais sobre o ambiente.

O papel da AMCEN inclui, entre outros:

- Proporcionar liderança a todo o continente através da promoção de sensibilização e do consenso em torno das questões ambientais globais e regionais;
- Desenvolver posições comuns que servirão de base de orientação para os representantes africanos nas negociações de acordos ambientais internacionais juridicamente vinculativos;
- Promover a participação africana no diálogo internacional sobre questões globais de importância para África;
- Avaliação e acompanhamento dos programas ambientais a nível regional, subregional e nacional;
- Providenciar orientações estratégicas e políticas regionais para promover a boa gestão do ambiente a fim de assegurar o desenvolvimento sustentável;
- Promover a ratificação, pelos países africanos, de acordos ambientais multilaterais relevantes para a região;
- Reforço das capacidades africanas no domínio da gestão ambiental<sup>3</sup>.

Curiosamente, a AMCEN não está listada como um dos órgãos ou estruturas da União Africana (UA)<sup>4</sup> apesar do seu âmbito e filiação serem exclusivamente africanos. Tem a sua própria constituição e “formalizou a sua existência como autoridade ministerial permanente africana para os assuntos relacionados com o ambiente e o desenvolvimento sustentável<sup>5</sup>. O papel de Secretariado da AMCEN é proporcionado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente através do seu Escritório para África. Algures no sítio Web da UA, é, no entanto, referido como a “Conferência Ministerial da UA sobre o Ambiente”, pelo menos, uma vez. A AMCEN tem uma estrutura regional eleita anualmente e um dos seus quatro vice-presidentes representa a região da África Austral.

**Mais importante ainda, a SADC com 16 Estados-Membros constitui o segundo maior bloco ou agrupamento político formal depois da União Europeia (UE).** A UE, com os seus antigos 28 Estados-Membros (actualmente, 27 na sequência do Brexit), é amplamente conhecida pelo seu papel decisivo no âmbito dos MEAs, porque funciona com regras estritas como uma entidade única (e na CITES conseguiu mesmo tornar-se parte na Convenção), apesar de apenas controlar cerca de 15% da composição de membros aos MEAs típicos. A SADC como o segundo maior bloco em termos de votos (com cerca de 9% dos membros que integram os MEAs típicos) não foi capaz de o fazer, mas poderia, sem dúvida, reforçar a sua influência nos processos internacionais relacionados com o ambiente e o desenvolvimento sustentável, bem como o seu impacto nos MEAs, se assim o desejar. Embora o número de votos seja importante para que a votação seja feita, o que conta é a qualidade, a relevância e a coerência do nível de trabalho que consegue realizar no âmbito dos MEAs e, em particular, das CoPs. Isto requererá uma decisão deliberada por parte da SADC<sup>6</sup> no sentido de fazer com que o seu peso se faça sentir nestes processos; um esforço concertado para reforçar os seus preparativos de engajamento em tais processos; e linhas de orientação para tal engajamento. Embora a adopção de directrizes seja um evento único, o desenvolvimento de uma posição comum regional da SADC em torno das questões-chave nos MEAs é um processo contínuo e impulsionado pelos programas, agendas e decisões cada vez mais em constante mudança dos MEAs. Por conseguinte, será necessário um compromisso e recursos consideráveis para lograr esse objectivo.

<sup>1</sup> <https://environmentassembly.unenvironment.org/about-united-nations-environment-assembly>  
<https://www.iucn.org/about>

<sup>2</sup> The stature of IUCN has diminished in recent years after the IUCN admitted some animal rights organizations as members

<sup>3</sup> <https://www.unenvironment.org/regions/africa/african-ministerial-conference-environment/about-amcen>

<sup>4</sup> <https://au.int/en>

<sup>5</sup> <https://www.unenvironment.org/regions/africa/african-ministerial-conference-environment/about-amcen>

<sup>6</sup> Deverá ser ponderada a viabilidade de se apresentar uma proposta ao Conselho de Ministros e à Cimeira da SADC no sentido de que a SADC deve, efectivamente, tomar uma decisão deliberada de melhorar o seu impacto nos processos internacionais relativos aos MEAs através de 1) adopção das orientações propostas no presente documento e 2) mobilizar recursos para a sua implementação, especialmente, para reforçar a capacidade do Secretariado da SADC de apoiar o processo relativo aos MEAs prioritários



## 2 Compromissos actuais da SADC no âmbito dos MEAs

Os MEAs incluem dentro do seu âmbito e impacto questões de natureza transfronteiriça de ambiente, de recursos naturais e de comércio, bem como ecossistemas da região da SADC, requerendo assim uma resposta regional. Antes de ir para as CoPs respectivas, os Estados-Membros da SADC esforçam-se por manter encontros através de uma série de workshops preparatórios regionais para encontrar uma plataforma comum no que respeita às questões da agenda da CoP. No entanto, a coordenação destes preparativos para as CoPs tende a ser aquém do desejado e é inconsistente.

O principal objectivo dos workshops preparatórios é reunir os EMs da SADC para discutir os pontos da agenda da CoP. As reuniões discutem as potenciais divergências nas posições a nível de país em relação às questões da agenda a fim de se chegar a um acordo sobre quais as questões que os EMs da SADC irão, através de consenso regional, apoiar, opor-se ou abster-se durante as deliberações da CoP. A lista de questões regionais comuns que os Estados-Membros acordam por consenso através do processo dos workshops preparatórios é referida como «Posição Comum da SADC para a CoP». Espera-se que, durante uma reunião da CoP, os Estados-Membros sejam norteados pela Posição Comum da SADC.

Esta abordagem preparatória através da realização de workshops reforça a participação activa e coordenada, bem como a transparência na votação por parte dos países na CoP sobre as questões acordadas que possam ter impactos negativos ou positivos sobre os EMs da SADC. As posições comuns resultaram numa maior visibilidade da participação da SADC nas CoPs no âmbito dos MEAs. No entanto, são necessárias linhas de orientação regionais para promover uma abordagem bem fundamentada e harmonizada para uma maior eficácia na organização, pelos EMs da SADC, de workshops preparatórios que desenvolvam posições comuns harmonizadas em preparação para as CoPs. Uma abordagem mais simplificada e normalizada irá reforçar ainda mais o impacto das posições comuns da SADC em termos de informação a prestar à comunidade internacional sobre as realidades com que se confronta e as soluções práticas, bem como em termos de defesa dos princípios e políticas da SADC.

Neste contexto, a SADC deve desenvolver linhas de orientação gerais que documentarão uma abordagem normalizada e as melhores práticas no que respeita ao desenvolvimento de posições comuns; e proporcionar um quadro geral de engajamento nas CoPs no âmbito dos MEAs.



### 3 Análise situacional do estágio actual de desenvolvimento de posições comuns regionais da SADC no que diz respeito aos compromissos da SADC ao abrigo dos Acordos Multilaterais sobre o Ambiente

Esta secção baseia-se, em grande parte, no questionário de um inquérito sobre o parecer dos pontos focais dos MEAs da SADC em relação ao desenvolvimento de posições comuns regionais e questões conexas na SADC no que respeita aos trabalhos no âmbito dos MEAs, onde foram recebidas relativamente poucas, porém, importantes respostas.

Importa notar que há um consenso geral entre os inquiridos, também reflectido no documento de referência do Secretariado da SADC (Termos de Referência) de que a situação que existe actualmente não é desejável. Em particular, há consenso de que a capacidade do Secretariado da SADC para apoiar os trabalhos no âmbito dos MEAs e o desenvolvimento de posições comuns regionais sobre questões-chave tem de ser significativamente reforçada.

*O Anexo 1 apresenta o resumo das questões colocadas e as respostas recebidas.*

#### 3.1 Reforço da coordenação dentro da SADC

A coordenação eficaz é, de modo geral, o resultado de uma série de factores, tais como planificação atempada, disponibilidade de recursos suficientes, processos eficazes, liderança e comunicação eficiente. Menos de 20% dos pontos focais do MEA da SADC que participaram no inquérito consideraram que existe um elevado nível de coordenação e consenso na

SADC em torno das questões relacionadas com o MEA. Isso devia ser motivo de preocupação para a comunidade mais alargada da SADC. As razões de maior preponderância para esta situação (classificadas por ordem decrescente) foram

- Diferentes níveis de capacidades nos diferentes Estados-Membros
- Disparidades no que respeita às experiências, aspirações e ambições entre os pontos focais
- Elevados níveis de rotatividade entre pontos focais
- Nível de preparação inadequado a nível nacional

Outros motivos incluem capacidade inadequada a nível da SADC para planificar reuniões a tempo, problemas relacionados com a notificação de reuniões aos pontos focais, pressão externa dos parceiros internacionais em alguns casos e o facto de não ter havido qualquer tipo de coordenação por parte da SADC no que respeita a alguns MEAs (UNFF, CMS).

Diferentes capacidades a nível nacional (e fraca capacidade devido à falta de recursos no Secretariado da SADC) e potenciais diferenças na priorização de questões relacionadas com os MEAs a nível dos EMs da SADC podem, em grande medida, estar por detrás da percepção de que há uma grande falta de coordenação. A preparação inadequada, no entanto, pode ser causada pela falta de comunicação atempada de questões, embora cada parte num MEA seja informada sobre as propostas a serem apresentadas, as agendas e as reuniões a serem realizadas brevemente através dos canais estabelecidos pelo próprio MEA. Nos casos em que os EMs da SADC não tenham designado um número suficiente de funcionários para assumir a responsabilidade pela coordenação da implementação de um determinado MEA, poderá resultar numa preparação inadequada, tendo em conta que a maioria dos MEAs tem uma enorme quantidade de planos de actividades e agendas carregadas e produzem grandes volumes de documentação. Em alguns casos, também parece que existe uma profusão de actividades à medida que as datas de importantes reuniões dos MEAs se aproximam, mas, por outro lado, haver um nível muito menor de cometimento e sensibilidade em relação a esses MEAs e sua implementação durante o resto do ano. Isto pode ser o resultado da falta de integração plena, nos planos anuais de actividades, da implementação dos compromissos relativos aos MEAs.

As soluções potenciais para a situação actual podem incluir o seguinte:

- Designar funcionários como pontos focais para cada MEA, seleccionando funcionários experientes e qualificados ou garantindo que, nos em que os pontos focais são maioritariamente funcionários menores, o seu trabalho seja supervisionado por um supervisor capaz.
- Assegurar a integração plena, nos planos anuais de actividades, da implementação dos compromissos relativos aos MEAs;
- Exigir que os pontos focais participem em todos os programas de capacitação oferecidos periodicamente pelos MEAs;
- Reforçar a capacidade do Secretariado da SADC no que respeita à planificação atempada das reuniões relacionadas com o MEA;
- Estabelecer uma linha directa de comunicação entre o técnico principal do Secretariado da SADC responsável por um determinado MEA e os pontos focais dos EMs da SADC responsáveis por esse MEA;
- Mobilização de recursos para a implementação das decisões estratégicas e dos planos de acção no âmbito dos MEAs.
- Desenvolver uma estratégia de promoção da posição comum a fim de influenciar a aceitação e promover o apoio

#### 3.2 MELHORIA DA QUALIDADE E RELEVÂNCIA DAS POSIÇÕES COMUNS DA SADC

Menos de um terço dos pontos focais do MEA da SADC consideraram que as posições comuns da SADC eram de um alto padrão. Esta devia ser a segunda questão de preocupação para a comunidade mais alargada da SADC. As razões de maior preponderância para esta situação (classificadas por ordem decrescente) foram:

- Diferentes níveis de capacidades nos diferentes Estados-Membros
- Grau de preparação inadequado a nível nacional
- Disparidades no que respeita às experiências, aspirações e ambições entre os pontos focais
- Elevados níveis de rotatividade entre os pontos focais

Outras razões incluem a falta de capacidade por parte do Secretariado da SADC para coordenar as posições regionais em alguns casos e o facto de a SADC não ter feito qualquer coordenação dos trabalhos relacionados com alguns MEAs (UNFF, CMS).

The A qualidade e relevância das posições nacionais, bem como a posição comum regional da SADC, dependem do nível do esforço feito em termos de compreensão dos aspectos técnicos das propostas do MEA e na interpretação destes

aspectos em relação às políticas e os programas da SADC. Essa investigação deverá ir além do documento da agenda da CoP propriamente dito de modo a incluir uma revisão das avaliações das mesmas questões por terceiros. Existem várias organizações respeitadas que apoiam os interesses dos países em desenvolvimento que, de modo geral, podem ser invocados, por exemplo, certas componentes da IUCN e IIED. Um outro factor decisivo é o nível de convergência dos interesses e ambições nacionais e a forma como estes podem ser reflectidos numa posição comum regional representativa. Essa convergência foi, em grande medida, lograda a nível dos princípios através dos processos estratégicos da SADC, porém, a um nível mais detalhado, as questões os MEAs individuais poderão não ter sido abrangidos pelo consenso que existe dentro da SADC<sup>7</sup>. Uma parte importante do desenvolvimento de uma posição comum é, obviamente, compreender os interesses e as ambições nacionais dos Estados-Membros da SADC, bem como também as ambições e os interesses colectivos da SADC em torno de uma questão específica. Isto deve ser conseguido através de um processo de consulta bem coordenado e franco, apoiado sempre que necessário, por contributos externos credíveis, por exemplo, conhecimentos técnicos fora das entidades governamentais relevantes.

Além disso, se a SADC quiser ter maior impacto na forma como os MEAs são implementados e, por conseguinte, influenciar os resultados das CoPs, será necessário garantir que as posições comuns sejam minuciosamente pesquisadas, que sejam estratégicas e que seja feito um esforço no sentido de compreender as posições dos proponentes, protagonistas, opositores, outros agrupamentos regionais e grandes blocos ou potências económicas. Não se trata de uma tarefa fácil, uma vez que nem todas estas entidades são capazes de desempenhar as suas funções, mas várias, como a UE e os EUA, tendem a publicar posições provisórias que podem ser acedidas no domínio público. Noutros casos, em questões importantes, os representantes diplomáticos de cada país podem ser consultados.

Existe uma diferença na protecção e prossecução dos interesses regionais da SADC (que pode estar limitada a determinados pontos da agenda MEA) em comparação com a participação da SADC nos MEAs com vista a influenciar as operações e os impactos desses MEAs. O foco apenas em pontos específicos ou de agenda técnica de alto perfil que possam ter um impacto directo na SADC não reforçaria a influência política da SADC nas CoPs. Os EMs da SADC também precisam de prestar atenção aos aspectos administrativos, de planificação, prestação de relatórios e conformidade dos MEAs e participar activamente nos debates sobre estes aspectos. As soluções potenciais para a situação actual podem incluir o seguinte:

- É essencial uma investigação aprofundada e uma análise aprofundada da matéria em questão, incluindo a familiaridade com todos os documentos do MEA sobre a matéria, incluindo todas as propostas e decisões anteriores
- É essencial que seja conduzido um processo de consulta bem coordenado na SADC, iniciando tão logo quanto possível depois de terem sido disponibilizados os documentos de trabalho e a agenda
- Os pontos focais da SADC para os MEAs individuais devem estabelecer os seus próprios canais de comunicação de grupo para a partilha de informação, de documentos e de opiniões. Isto pode ser conseguido através da criação de um endereço de correio electrónico de grupo e de um grupo de redes sociais. As teleconferências tornaram-se um recurso inestimável na condução do trabalho durante a pandemia da COVID-19, e esta modalidade de trabalho pode ser usada para o processo consultivo. O Secretariado da SADC deverá providenciar apoio técnico para tal;
- Sempre que possível, pode ser atribuída competência técnica credível a entidades fora dos organismos governamentais relevantes para a condução da investigação necessária e resumo das questões que servirão de base para a discussão pelos EMs da SADC. Tais conhecimentos técnicos poderiam ser colhidos na região da SADC e ligados a curto prazo ao ciclo conjuntural do MEA
- Quando não for possível obter informações técnicas externas, não existe outra opção a não ser que os EMs da SADC façam este trabalho eles próprios
- É essencial reforçar a capacidade do Secretariado da SADC para coordenar o processo e contribuir para a análise das questões e formulação de posições comuns
- Dados os condicionamentos de recursos, pode ser necessário priorizar os MEAs que requerem posições comuns formais da SADC
- Tendo em conta as limitações em termos de recursos, pode ser necessário algum grau de priorização dentro das agendas do MEA, mas não deve excluir inteiramente os aspectos administrativos, de planificação, de apresentação de relatórios e de conformidade, que, de modo geral, recebem menor atenção dos países em desenvolvimento, mas têm impactos sistémicos tanto no MEA como na região
- A SADC deve rever periodicamente os custos em função dos benefícios e/ou relevância dos MEAs ou das suas resoluções, bem como o seu alinhamento e compatibilidade com os objectivos enunciados no Tratado SADC.

<sup>7</sup> Os interesses da SADC encontram-se bem articulados no próprio Tratado e nos documentos de política, como os Protocolos e as Estratégias que devem sempre nortear os EMs da SADC.

### 3.3 REFORÇO DA EFICÁCIA DAS REUNIÕES PREPARATÓRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POSIÇÕES COMUNS

As reuniões preparatórias são indispensáveis para o desenvolvimento das posições comuns. Os custos de viagem e a realização de tais reuniões podem, no entanto, ser proibitivos, mas as teleconferências através, por exemplo, do Zoom, proporcionam uma alternativa viável. A maior parte dos pontos focais dos EMs da SADC terão sido expostos e acostumados a tais reuniões virtuais durante o ano passado e, embora estas não sejam ideais em todos os contextos, muito trabalho pode ser realizado usando o formato virtual. O Anexo 3 apresenta algumas orientações sobre os aspectos técnicos que são característicos das reuniões virtuais.

As razões apresentadas para justificar o facto de as reuniões preparatórias ainda não terem sido inteiramente bem sucedidas até ao momento (classificadas por ordem decrescente) foram:

- Falta de financiamento para tomar parte nas reuniões
- Falta de preparação adequada
- Alguns representantes dos Estados-Membros não são capazes de comunicar as posições nacionais sobre as questões-chave;
- Falta de comparência de alguns Estados-Membros
- Os workshops têm uma duração demasiado curta ou demasiado longa
- Presença de pessoas que não estejam familiarizadas com os assuntos a serem tratados
- Diferença dos níveis hierárquicos entre os participantes
- Falta de continuidade entre os pontos focais
- Preparação prévia interna inadequada
- Barreiras linguísticas (por exemplo, documentação e apresentações não disponíveis nas três línguas de trabalho da SADC ou ausência de serviços de interpretação)
- Os processos são dominados por alguns Estados-Membros

Outra razão bastante importante é que parece que, em alguns ou talvez na maioria dos Estados-Membros, há insuficiência de recursos ou talvez não são alocados recursos específicos para a implementação dos MEAs e os pontos focais são desprovidos de recursos ou não foram designados em todos os casos. Muitos pontos focais não organizam workshops para múltiplos intervenientes (multissetoriais) a nível nacional para a formulação das posições nacionais sobre assuntos específicos, o que pode levar a que as opiniões do ponto focal sejam tomadas como representando a posição nacional. Houve também preocupação expressa pelo facto de algumas reuniões preparatórias serem financiadas por organizações internacionais, que utilizam principalmente os seus próprios facilitadores que vêm já com posições pré-determinadas, enquanto relativamente a alguns MEAs (por exemplo CMS ou UNFF) não foram realizadas quaisquer reuniões preparatórias.

Existe sempre o risco de haver assimetrias na interacção em que, por exemplo, uma reunião é dominada por alguns participantes, conforme já referido, mas também o risco de as deliberações serem interrompidas por participantes que não estejam bem preparados ou não estejam familiarizados com as questões. Este não foi considerado um problema importante pelos respondentes ao questionário e a grande maioria destes considerou que todos deveriam ter a liberdade de participar em discussões técnicas sobre qualquer assunto, quer estejam ou não dentro do assunto. É, no entanto, necessária uma boa presidência em tais situações para garantir que a reunião cumpra com os seus objectivos.

No que diz respeito ao recurso a um especialista, consultor ou coordenador técnico indicado pela SADC para prestar apoio ao processo preparatório, houve unanimidade total de que esta medida seria benéfica, desde que tal contribuição externa venha de dentro da SADC.

As soluções potenciais para a situação actual podem incluir o seguinte:

- O recurso ao uso de teleconferência irá, em grande medida, fazer com que sejam superadas as limitações de fundos para participação nas reuniões preparatórias e no que respeita à duração das reuniões, uma vez que os próprios participantes podem decidir quanto a este aspecto. A teleconferência contribuirá ainda grandemente para uma maior participação, a nível técnico, por parte dos Estados-Membros do Oceano Índico que tendem a se fazerem representar apenas pelos representantes diplomáticos baseados na parte continental. Para evitar a falta de participação de alguns Estados-Membros, estão disponíveis vários sistemas de sindicância gratuitos baseados na Internet<sup>8</sup> para seleccionar uma data que seja a mais conveniente para todos
- As teleconferências podem ser feitas com interpretação simultânea em todas as línguas oficiais da SADC. No entanto, é necessário prestar uma maior atenção para garantir que os materiais de conferência estão disponíveis em todas as línguas oficiais. É aconselhável que os EMs da SADC acordem em usar as cada vez melhores (e gratuitamente disponíveis) ferramentas informais de tradução automática para traduzir os documentos de trabalho ou as apresentações em PowerPoint, os quais não serão ainda nessa altura documentos oficiais da SADC

- É essencial que as reuniões preparatórias sejam preparadas de forma adequada, tanto a nível nacional como durante a condução da própria reunião. Esta é responsabilidade pessoal de todos os participantes
- A preparação adequada pode ser melhorada através de recurso a um especialista técnico, consultor ou coordenador indigitado pela SADC para apoiar o processo preparatório
- Os convites endereçados aos Estados-Membros para participarem nas reuniões preparatórias, para além de motivarem a participação do Estado-Membro, devem também recomendar vivamente que não sejam indigitadas como participantes pessoas não familiarizadas com os assuntos a serem tratados e que não tenham responsabilidade directa no trabalho relacionado com a matéria a ser tratada e ao nível hierárquico desejado
- Os pontos focais devem sempre participar e é inevitável que o nível hierárquico dos pontos focais seja diferente de país para país. Em alguns casos, seria muito desejável ter outro pessoal técnico ou representantes dos ministérios/departamentos de relações externas/negócios estrangeiros também a participar. Não é aconselhável ter apenas representantes dos ministérios/departamentos de relações externas/negócios estrangeiros a participarem sem os funcionários técnicos do ministério/departamento de tutela ou que apenas pessoas como os conselheiros de ministros participem sem os funcionários técnicos do ministério/departamento de tutela
- Para assegurar a condução eficaz das reuniões preparatórias, sejam estas por via de teleconferência ou presenciais, é essencial garantir que a presidência seja de alta qualidade. A prática vigente é ter o Estado-Membro que actualmente preside à SADC a presidir a todas as reuniões subsidiárias, tornando, por conseguinte, essencial que o Estado-Membro que é o presidente em exercício 1) assegure que seja indicado um presidente experiente para essas reuniões e 2) garantir que essa pessoa esteja disponível para participar em todas essas reuniões. Alternativamente pode ser adoptado um sistema de troika para identificar o presidente mais apropriado.
- Os Estados-Membros devem apresentar regularmente actualizações sobre a implementação a serem consolidadas a nível regional como referência para os debates.

Uma questão importante é garantir que os participantes estejam familiarizados com as suas posições nacionais e lhes seja conferido o mandato claro para as apresentar. As posições nacionais podem ser qualificadas como provisórias ou ainda por serem decididas, quando necessário. A questão mais importante parece ser a tendência de o nível de consultas realizadas entre as partes interessadas a nível nacional não ser suficiente para informar as posições nacionais. Isto extravasa o âmbito do presente documento, mas é uma parte essencial da governação democrática e participativa, princípios consagrados na SADC.

### 3.4 EQUILÍBRIO ENTRE AS POSIÇÕES E OS INTERESSES NACIONAIS E OS PRINCÍPIOS COMUNS REGIONAIS RELATIVAMENTE AOS ACORDOS MULTILATERAIS

O questionário revelou aspetos interessantes sobre percepções no que respeita a situações em que, durante o processo preparatório, as posições nacionais diferem dos princípios ou das posições comuns regionais. Mais de metade dos inquiridos indicou que existem casos em que a posição nacional difere da posição regional. O único exemplo específico destas questões foi, no entanto, o entendimento comum sobre a utilização sustentável dos recursos naturais. Ninguém reportou que tivessem, em qualquer momento, impedidos de exprimir a posição nacional e a grande maioria considerou que é possível conseguir a reconciliação de posições através de consulta e de negociação. Os inquiridos consideraram que será útil reconciliar as diferenças entre a posição nacional e as posições regionais para ter melhores discussões a nível técnico durante as reuniões preparatórias (todos os inquiridos), actualizar as políticas e os planos da SADC para melhor reflectir as situações actuais no que respeita a questões importantes dos MEAs (88%), e remeter as questões controversas aos Ministros responsáveis pelo ambiente (todos os inquiridos).

### 3.5 COMO LIDAR DE MODO EFICAZ COM A FALTA DE CONSENSO E A NÃO ADESÃO ÀS POSIÇÕES COMUNS

Em situações em que não seja possível encontrar consenso durante o processo preparatório ou durante as CoPs quando surgirem novas questões, é provável que as consultas internas resolvam a maior parte desses casos, mas é necessário um entendimento comum para facilitar essa resolução ou, no pior dos casos, que seja adoptada uma abordagem acordada quando não for encontrada nenhuma solução.

Se os Estados-Membros da SADC não conseguirem chegar a um consenso sobre uma questão, isto não significa que tenham de se abster de discutir essa questão na CoP. Devem poder exprimir as suas posições nacionais mesmo que estejam em conflito com outros Estados Membros da SADC, mas não devem retratar a sua posição nacional como sendo uma posição comum regional.

Seria importante que o porta-voz da SADC afirme que a SADC não tem uma posição colectiva sobre essa questão. Este cenário deve, no entanto, ser, tanto quanto possível, evitado. Diminui a estatura da SADC a nível internacional; acentua as divisões entre os seus membros; e compromete sobremaneira a capacidade da SADC de produzir o resultado desejado numa CoP.

<sup>8</sup> Por exemplo, Doodle Poll.

### 3.6 COMO LIDAR DE MODO EFICAZ COM A NÃO ADESÃO ÀS POSIÇÕES COMUNS

Podem surgir situações em que os Estados-Membros não adiram a posições comuns. Este tipo de situação – provavelmente rara – pode representar um verdadeiro dilema para a SADC e comprometer os seus objectivos, bem como prejudicar as relações entre os Estados-Membros. É também extremamente prejudicial para a reputação da SADC a nível internacional e altamente prejudicial para o poder negocial da SADC e humilhante para o porta-voz da SADC sobre essa questão. A não adesão a posições comuns deve, portanto, ser evitada a todo o custo, devendo haver consequências graves se tal acontecer em público durante os eventos internacionais como as CoPs que decorrerem no âmbito de um MEA.

As causas principais de não adesão podem ser complexas, mas pode-se atribuir as culpas à falta de participação e de candura durante as reuniões preparatórias. A melhoria geral na realização das reuniões preparatórias, tal como acima referido, deverá ser capaz de abordar esses potenciais factores lesivos.

As salvaguardas para evitar esta situação funesta seriam garantir que as posições comuns acordadas no âmbito técnico a nível da SADC fossem apresentadas para aprovação pelos Ministros do Ambiente. Os resultados das reuniões preparatórias a nível técnico não representam, na maioria dos casos, a posição comum final da SADC. Uma segunda causa poderia, portanto, ser a não aceitação ou não adesão a uma proposta de posição comum a nível político num ou mais Estados-Membros. Por este motivo, é importante que os Ministros participem também na finalização de uma posição comum acordada a nível da SADC, quer através de reuniões presenciais, quer através de reuniões virtuais ou através de assinatura de instrumentos legais por via de correspondência.

Se qualquer Estado-Membro alterar a sua posição depois de assumir um tal compromisso, deverá informar os outros Estados-Membros e o Secretariado da SADC, em tempo útil, da mudança da sua posição, criar condições para um maior engajamento ou, pelo menos, permitir que seja adoptada uma abordagem táctica na CoP para evitar constrangimentos para a SADC. Esta não é necessariamente a prática no presente momento.

Uma terceira causa de não-adesão poderia ser o impacto das acções de corredores ou de negociação durante as CoPs. A pressão das ONGs e de outras partes nas CoPs pode ser intensa. Para mitigar tal pressão, é vital que os membros da SADC negociem em conjunto e não separadamente e que as posições ou pressões das ONGs sejam discutidas colectivamente.

A forma como os Estados-Membros estão representados nas CoPs é muito importante. É altamente aconselhável que as pessoas, incluindo os dirigentes políticos, não participem nas CoPs e falem sobre a posição da SADC ou a sua posição nacional sem estarem 1) inteiramente informados sobre a importância de projectar, junto de audiências externas, o consenso da SADC e 2) plenamente familiarizadas com a posição comum da SADC.

É também muito importante que a SADC realize reuniões regulares de coordenação à margem das CoPs para reafirmar as posições regionais da SADC. É nestas reuniões de coordenação que os Estados-Membros podem, se assim o justificarem, negociar ou indicar a sua mudança de posição e ser persuadidos a aderir às posições comuns.

Com base noA partir do inquérito ao questionário, a maioria dos inquiridos manifestou fortes opiniões sobre as consequências da não adesão a uma posição comum regional da SADC acordada (e também não informar os outros Estados Membros sobre isso). Estas opiniões iam desde a responsabilização de tais representantes, a uma ou de outra forma, até a verificação junto da capital nacional se as posições nacionais estão a ser correctamente reflectidas e a inscrição da questão na ordem do dia da Cimeira.

A não adesão às posições comuns dentro de uma comunidade económica regional, como a SADC, é uma questão tão séria que tem de haver consequências e responsabilidade pessoal. A não-adesão deve, portanto, ser apresentada, pelo Secretário Executivo, junto do Ministro competente e, se necessário, comunicar a questão à Cimeira.

Deve também ser ponderada a possibilidade de publicar as posições comuns acordadas pela SADC. Esta medida irá tornar mais difícil que os Estados-Membros ou os seus representantes reneguem uma posição comum e servira para informar o público e a comunidade internacional sobre a posição da SADC em relação às questões. Outros grandes agrupamentos económicos, como a UE ou as grandes potências económicas, como os EUA, adoptam este procedimento, mas não necessariamente em relação a todos os pontos da ordem do dia, especificando que algumas questões requerem negociação posterior. A desvantagem é que, em alguns casos, a informação prévia sobre a posição comum regional da SADC pode minar as negociações ou suscitar mais debates e polémica por parte daqueles que não fizeram parte do processo consultivo. Ambas as opções têm vantagens e devem ser aplicadas em determinadas circunstâncias com base numa decisão colectiva.

Uma outra ferramenta identificada através do questionário é o uso de mensagens-chave. Esta é uma forma útil de comunicar as posições gerais, os princípios, os pontos de ênfase e os resultados desejáveis nos processos internacionais. Alguns EMs da SADC (e outros países) já empregam este método, mas poderia ser adoptado a nível da SADC, bem como através de um comunicado.



### 3.5 TRABALHAR DE MODO EFICAZ COM OUTROS AGRUPAMENTOS REGIONAIS

O engajamento e a negociação com outros agrupamentos regionais são partes importantes do processo dos MEAs. É também o primeiro teste de uma posição comum regional da SADC em relação ao público externo. A grande maioria dos inquiridos no questionário considerou que a SADC tem conseguido manter e defender a sua posição nas negociações com agrupamentos regionais maiores. A prática de comunicar as posições comuns regionais da SADC durante as negociações com agrupamentos regionais maiores através de um único representante da SADC é eficaz e deve ser mantida. Este papel deve, de modo geral, ser desempenhado pelo EM da SADC que preside à SADC no momento em que a reunião tem lugar, mas o presidente deve ser apoiado pelos outros EMs da SADC, conforme necessário.

As dinâmicas em África no que respeita a alguns MEAs são muitas vezes difíceis e, em particular, durante as negociações no âmbito da CITES. Quando diferentes agrupamentos em África estão tão divididos em questões-chave como durante as negociações no âmbito da CITES, pouco pode ser alcançado a nível técnico. Em tais casos, o papel da AMCEN e da UA torna-se muito importante e daí o engajamento a nível político.

Existem importantes aspectos de carácter político que têm como base princípios acordados que se encontram articulados nos instrumentos da UA que podem ser avançados a nível da AMCEN e da UA, o que a SADC não o fez até à data. A África já concordou com princípios muito importantes que devem nortear o seu engajamento com questões problemáticas relacionadas com os recursos naturais.

Em primeiro lugar, a Carta Africana (Banjul) dos Direitos do Homem e dos Povos (Banjul), o principal instrumento de direitos humanos da UA estabelece, *entre outros*, que (componentes relevantes estão sublinhadas para maior ênfase):

- Article 21 1. Os povos têm a livre disposição das suas riquezas e dos seus recursos naturais. Este direito exerce-se no interesse exclusivo das populações. Em nenhum caso um povo pode ser privado deste direito.**
2. *Em caso de espoliação, o povo espoliado tem direito à legítima recuperação dos seus bens, assim como a uma indemnização adequada.*
  3. *A livre disposição das riquezas e dos recursos naturais exerce-se sem prejuízo da obrigação de promover uma cooperação internacional baseada no respeito mútuo, na troca equitativa e nos princípios do direito internacional*
  4. *Os Estados-Partes na presente Carta comprometem-se, tanto individual como colectivamente, a exercer o direito de livre disposição das suas riquezas e dos seus recursos naturais com vista a reforçar a unidade e a solidariedade africanas e apresenta Solidariedade.*

Esta importante disposição do n.º 1 do art. 21.º releva a questão da liberdade de alienação dos recursos naturais a um direito humano e ao direito dos povos (portanto, um direito nacional) reconhecido e juridicamente vinculativo para a UA. A interferência e a obstrução deste direito por parte dos Estados africanos, por exemplo, na CITES, estão assim em contravenção com a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos.

Em segundo lugar, a Convenção Africana revista sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais estabelece, nomeadamente, que (os elementos relevantes estão sublinhados para maior ênfase), deriva da Carta das Nações Unidas que é juridicamente vinculativa para os seus membros:

#### **Preâmbulo**

*Confirmando, conforme aceitámos, ao declarar a nossa adesão à Carta da Organização da Unidade Africana, que é nosso dever aproveitar os recursos naturais e humanos do nosso continente para o progresso total dos nossos povos na esfera da actividade humana*

*Reafirmando que os Estados têm, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, um direito soberano de explorar os seus próprios recursos, de acordo com as suas políticas ambientais e de desenvolvimento, e a responsabilidade de garantir que as actividades sob a sua jurisdição ou controlo não causem danos ao ambiente de outros Estados ou de áreas que transcendam os limites da jurisdição nacional*

*Reiterando ainda que os Estados são responsáveis pela protecção e conservação do seu ambiente e dos seus recursos naturais e pela sua utilização de forma sustentável, com o objectivo de satisfazer as necessidades humanas em função da capacidade de sustentação do ambiente*

Mais importante ainda, a Convenção Africana revista sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais reafirma o princípio de soberania na exploração dos recursos naturais e o dever de aproveitar os recursos naturais para o avanço das populações. Isto proporciona mais suporte para um possível intervenção dentro da UA.

### 3.6 ACTUAÇÃO E COMPORTAMENTO EFICAZES DURANTE AS COPS

O modo como uma comunidade económica regional, como a SADC, interage com os outros e se comporta nos processos internacionais e nas CoPs, em particular, é de grande importância estratégica e política. A SADC deve ter dois objectivos globais em tais engajamentos, ou seja, 1) atingir os seus objectivos de negociação e evitar que sejam tomadas decisões que possam ser prejudiciais; e 2) desenvolver boa reputação internacional que a SADC já granjeou como um a forma de engrandecer a sua estatura e influência a nível internacional. O modo como tais engajamentos são feitos é, portanto, da maior importância, especialmente considerando que os mesmos são liderados por funcionários técnicos e ministros de tutela e não por diplomatas de carreira.

Todos os inquiridos no questionário concordaram que as posições comuns da SADC deveriam ser comunicadas durante as CoPs por um único representante da SADC que deveria ser, de modo geral, o Estado Membro da SADC que preside à organização nessa altura. Por conseguinte, é muito importante que os EMs da SADC que presidem à organização no momento em que decorrem importantes processos internacionais e as CoPs no âmbito do MEA sejam representados por pessoas muito habilitadas e que os outros Estados Membros e o Secretariado trabalhem em estreita colaboração com os presidentes designados. Embora a liderança deva ser assumida pelo país que preside à organização, há sempre espaço para que os representantes dos outros Estados-Membros possam dar o seu apoio e maior destaque às questões.

Alguns MEAs têm procedimentos de votação e a forma como a região da SADC exerce o seu direito de voto deve 1) ser norteadada pela sua posição comum em torno das questões e 2) pela preservação do princípio de solidariedade a todo o momento. Os EMs da SADC nunca devem votar uns contra os outros, como uma questão de princípio e na base de solidariedade e cooperação em prol de um objectivo comum consagrado no Tratado da SADC. É um dever moral votar da mesma forma que os outros EMs da SADC, mesmo que haja um escrutínio secreto<sup>9</sup>. Se os membros da SADC não conseguirem manter uma posição comum, devem abster-se de votar completamente.

Alguns MEAs funcionam por consenso e não é realizada qualquer votação. Nesta situação, urge a questão de saber se os membros da SADC devem falar publicamente em oposição a outros membros da SADC. Todos os inquiridos que responderam ao questionário concordaram que isso nunca deveria acontecer. Embora todos os Estados-Membros tenham o direito de falar, a coordenação é fundamental para expressar solidariedade (e deixar as diferenças para o debate interno). A SADC deve adoptar esta regra como uma abordagem de engajamento em processos internacionais.

A importância das reuniões diárias de coordenação durante as CoPs para ajudar a manter a coesão e a coordenação entre os EMs da SADC não pode ser por demais realçada. O apoio de um especialista, consultor ou coordenador técnico indicado pela SADC para desempenhar essa função também é considerado benéfico para assegurar a coordenação e os preparativos para as CoPs. Alguns inquiridos consideraram que os EMs da SADC que presidem à SADC na altura da CoP deveriam, no entanto, assumir a liderança na função de coordenação e ser coadjuvado pelo Secretariado da SADC e pelo especialista técnico, conforme apropriado. No entanto, a SADC indicou no passado peritos externos para desempenhar o papel de coordenador durante as CoPs e isso provou ser eficaz, especialmente, quando as agendas diárias da CoP comportam múltiplas questões.

O engajamento durante os trabalhos das CoPs e o impacto desse engajamento podem ser ainda mais reforçados, assegurando que há equilíbrio de género na composição das delegações e que os jovens e potencialmente outras partes interessadas também sejam incluídos.

### 3.7 REFORÇO DA COORDENAÇÃO ENTRE OS GOVERNOS DA SADC E A SOCIEDADE CIVIL NO ÂMBITO DOS ACORDOS MULTILATERAIS SOBRE O AMBIENTE

Os MEAs, de modo geral, prevêm a participação da sociedade civil (ONGs) e das comunidades a um determinado nível. Existe uma crescente presença de ONGs e organizações comunitárias da região da SADC durante os trabalhos das CoPs no âmbito do MEA e uma necessidade de coordenação e cooperação entre os representantes dos EMs da SADC e tais entidades a fim de evitar abordagens e declarações contraditórias ou conflitantes. A maioria dos inquiridos no questionário concordou que existe um nível de coordenação adequado e uma explicação adequada das posições do governo. No entanto, é necessário coordenar melhor o envolvimento das comunidades da região, uma vez que nem todos os Estados-Membros ajudaram as comunidades, em particular, a participar nos processos do MEA. É importante que sejam realizadas consultas internas entre os pontos focais do MEA e as delegações da sociedade civil que participam em eventos do MEA a fim de explicar as questões e os procedimentos fundamentais.

<sup>9</sup> This was one of the main reasons why the EU became a party to CITES after a long process to amend the text of the Convention and getting that amendment ratified to make this possible. From voting results at CoPs it became apparent that not all of the EU Member States were always voting in unison as they were supposed to do. The European Commission intended to cast the votes on behalf of all its members to ensure that the will not happen. This procedure was nevertheless rejected by the other Parties who did not agree to amend the rules of procedure to make that possible.

A sociedade civil pode fortalecer as negociações da SADC, mas o apoio da sociedade civil não pode ser considerado como garantido. Outros agrupamentos regionais têm vivenciado situações embaraçosas em que as ONGs dessas regiões têm contradito publicamente o que os seus governos disseram nos MEAs. Assim, é importante que, durante as CoPs, sejam envidados esforços no sentido de nutrir a relação e manter contacto com outras entidades da SADC.

### 3.8 NECESSIDADE DE LINHAS DE ORIENTAÇÃO

Tal como se torna evidente da análise acima, que é homologada por todos os inquiridos no questionário, há necessidade de linhas de orientação para o desenvolvimento de posições comuns regionais da SADC e de aspectos de engajamento relacionados por parte dos EMs da SADC para processos internacionais relacionados com os MEAs. É apresentada no Anexo 2 uma proposta de linhas de orientação.



## 4 Conclusão

As linhas de orientação propostas devem ser periodicamente revistas e actualizadas, conforme poderão exigir os Estados-Membros da SADC.

Além das dimensões já discutidas, os respondentes ao questionário enfatizaram que as linhas de orientação por si só não resolverão todos os problemas. A capacidade do Secretariado da SADC para realizar os trabalhos dos MEAs é inadequada e deve ser reforçada; porém, para tal são necessários recursos adicionais. Além disso, os técnicos do Secretariado deverão poder também assegurar a coordenação directa com os pontos focais do MEA nos Estados-Membros, em contraposição à prática actual, o que podem ser conseguido sem excluir as comunicações com o ponto focal nacional da SADC ou com os negócios estrangeiros/relações exteriores que podem também serem dados a conhecer tais comunicações.

## Anexo 1

### Resumo das questões colocadas e das respostas recebidas sobre o desenvolvimento das posições comuns regionais da SADC e sobre o engajamento da SADC nos processos do MEA em geral

As respostas são expressas em percentagens do total (importa notar que o número total de respostas recebidas difere de pergunta para pergunta). Os comentários adicionais feitos são apresentados em itálicos.

Pergunta	Percentagem de inquiridos que indicaram 'Sim'	Percentagem de inquiridos que indicaram 'Não'
<b>Relativamente à coordenação e consenso a nível da SADC</b>		
<i>Como avalia o nível actual de coordenação e consenso na SADC no âmbito do MEA pelo qual é responsável?</i>		
Elevado	18.2	
Médio	36.4	
Baixo	45.5	
<i>Quais são as razões para tal?</i>		
Similaridade de experiências, aspirações e ambições	25.0	75.0
Disparidade entre as experiências, aspirações e ambições	75.0	25.0
Diferentes níveis de capacidades nos diferentes EstadosMembros	100	
Preparação adequada a nível nacional	25.0	75.0
Grau de preparação inadequado a nível nacional	50.0	50.0
Elevados níveis de rotatividade entre os pontos focais	55.5	44.5
<i>Se qualquer outro motivo, por favor, explique:</i>		
Falta de capacidade por parte da SADC para planificar reuniões em tempo útil		
Deficiências na comunicação quando os pedidos ou convites são enviados através de terceiros, por exemplo, Responsável no Ministério ou Departamento/Secção, cuja comunicação pode não chegar ao ponto focal pretendido ou o ponto focal toma conhecimento demasiado tarde		
Desafio com a pressão externa, particularmente, por parte dos parceiros internacionais (financiadores de programas)		
Falta de coordenação a nível da SADC no que respeita a alguns MEAs (UNFF, CMS)		
<b>Relativamente à qualidade e relevância das posições comuns da SADC</b>		
<i>Como avalia a qualidade e a relevância das posições comuns da SADC no âmbito do MEA pelo qual é responsável?</i>		
Elevado	27.3	
Médio	45.5	
Baixo	27.3	
<i>Quais são as razões para tal?</i>		
Similaridade de experiências, aspirações e ambições	50.0	50.0
Disparidade entre as experiências, aspirações e ambições	37.5	62.5
Diferentes níveis de capacidades nos diferentes EstadosMembros	88.9	11.1
Preparação adequada a nível nacional	37.5	62.5
Grau de preparação inadequado a nível nacional	55.5	44.5
Elevados níveis de rotatividade entre os pontos focais	37.5	62.5
<i>Se qualquer outro motivo, por favor, explique:</i>		
Falta de capacidade dentro do Secretariado da SADC para coordenar as posições regionais em preparação para sessões do UNFF. Além disso, há falta de apreciação do papel das florestas e sua contribuição na abordagem aos desafios de desenvolvimento nacional e regional		
Nenhuma coordenação da SADC em relação a alguns MEAs (UNFF, CMS)		

Pergunta	Percentagem de inquiridos que indicaram 'Sim'	Percentagem de inquiridos que indicaram 'Não'
<b>Relativamente às reuniões preparatórias para o desenvolvimento de posições comuns</b>		
<i>Quais são as razões por que os workshops preparatórios das CoPs no âmbito do MEA não são totalmente eficazes na SADC?</i>		
Falta de preparação adequada	77.8	22.2
Momento de selecção de intervenção errado ou demasiado antes ou demasiado próximo das CoPs	55.5	45.5
Falta de priorização dos muitos pontos de agenda das CoPs	12.5	87.5
Falta de financiamento de participação em reuniões	88.9	11.1
Participação de pessoas que não estão familiarizadas com os assuntos a serem tratados	50.0	50.0
Diferença de níveis hierárquicos entre os participantes	50.0	50.0
Falta de continuidade entre os pontos focais	50.0	50.0
Preparação prévia interna inadequada	45.5	55.5
Os processos são dominados por alguns Estados-Membros	37.5	62.5
Barreiras linguísticas (por exemplo, documentação e apresentações não disponíveis nas três línguas de trabalho da SADC ou ausência de serviços de interpretação)	42.9	57.1
Os workshops têm uma duração demasiado curta ou demasiado longa	50.0	50.0
Alguns representantes dos Estados-Membros não conseguem expor as posições nacionais sobre questões-chave	62.5	37.5
Falta de comparência por parte de alguns Estados-Membros	62.5	37.5
Se qualquer outro motivo, por favor, explique: Parece que muitos pontos focais não organizam oficinas a nível nacional para proporcionar a oportunidade para que sejam apresentadas as posições nacionais sobre assuntos específicos, isso pode levar a que as opiniões do ponto focal tomado como sendo a posição nacional Muitas das reuniões são financiadas por organizações internacionais, que utilizam principalmente os seus próprios facilitadores para moderar as sessões com posições pré-determinadas A nível de CMS não tem havido nem foram realizadas reuniões a nível da SADC. Só nos encontramos nas CoPs		
<i>O que devem os Estados-Membros da SADC fazer em relação a questões que não os afectam directamente?</i>		
Participar em debates técnicos sobre tais questões	85.7	14.3
Não participar em discussões técnicas sobre tais questões	42.9	57.1
<i>Será que um especialista, consultor ou coordenador técnico nomeado pela SADC para desempenhar tal papel será benéfico para o processo preparatório</i>		
Sim	100	
Não	0	
<i>Devem ser providenciados especialistas técnicos em todos os MEAs, uma vez que alguns especialistas não têm experiência em todas as questões</i>		
<i>O coordenador deve ser de dentro da SADC</i>		

Pergunta	Percentagem de inquiridos que indicaram 'Sim'	Percentagem de inquiridos que indicaram 'Não'
<b>Relativamente à falta de consenso e não adesão a posições comuns</b>		
<i>Se os Estados-Membros da SADC não conseguirem chegar a um consenso sobre uma questão, deverão:</i>		
Abster-se das discussões sobre essa questão durante a CoP?	28.5	71.4
Exprimir as suas posições nacionais mesmo que estas estejam em conflito com as dos outros Estados Membros da SADC?	54.5	45.5
<i>Mantêm os Estados-Membros da SADC as posições comuns que foram acordadas</i>		
Sim	80.0	
Não	10.0	
Às vezes	10.0	
<i>Os Estados-Membros da SADC comunicam antecipadamente aos outros Estados-Membros que alteraram as suas posições e deixaram de se sentir vinculados pelas posições comuns acordadas?</i>		
Sim	20.0	
Não	80.0	
<i>O que pensa que deve ser feito no seio da SADC em relação aos Estados-Membros que não aderiram às posições comuns?</i>		
Persuadi-los/convencê-los a aderir à posição comum;		
Verificar junto da capital se as posições nacionais se encontram-se reflectidas		
Deverão realizar-se reuniões regulares de coordenação da SADC à margem das sessões para reafirmar as posições regionais da SADC.		
Criar maior consciência para a questão de que aderir à posição comum é seu direito soberano		
Esta é uma questão que tem de ser apresentada durante as reuniões preparatórias		
Devem ser repreendidos através de uma carta formal e o assunto deve ser colocado na agenda da Cimeira da SADC		
Devem ser encorajados a aderir a posições comuns, e serem chamados a prestar contas		
Should be called to account		
Convencê-los a aderir para que a região não seja manchada nos fóruns internacionais		
<i>Devem as posições comuns acordadas no âmbito da SADC a nível técnico ser apresentadas para homologação pelos:</i>		
Ministros do Ambiente a nível nacional	100	0
Conselho de Ministros	16.7	83.3
Órgãos da SADC como o Comité de Ministros Responsáveis pelo Ambiente	12.5	87.5
Conselho de Ministros da SADC	50.0	50.0
Cimeira da SADC	37.5	62.5
<i>Should SADC common positions be publicized in advance of MEA CoPs?</i>		
Sim, isso ajudará a garantir que todas as posições comuns sejam mantidas por todos os Estados Membros <i>Os documentos das mensagens principais são essenciais</i>	62.5	37.5
Não, isso prejudicará as negociações a realizar nas CoPs no âmbito do MEA	71.4	28.6

Pergunta	Percentagem de inquiridos que indicaram 'Sim'	Percentagem de inquiridos que indicaram 'Não'
<b>No que respeita às posições e interesses nacionais em relação aos MEAs versus princípios comuns regionais</b>		
<i>Em relação ao MEA pelo qual é responsável, tem conhecimento de:</i>		
Quaisquer questões específicas em que o seu país tenha um interesse ou posição nacional diferente da maioria dos outros Estados Membros da SADC e que tenham impedido o seu país de aderir a posições comuns da SADC Em caso afirmativo, quais são estes, por favor, explique: Entendimento comum sobre o uso sustentável dos recursos naturais	55.5	45.5
Considera que, em qualquer momento, nas reuniões preparatórias dos MEAs, foi impedido de explicar a sua posição nacional?	0	100
Se não explicaram as suas posições nacionais sobre questões controversas nas reuniões preparatórias para os MEAs, porque não?	Sem respostas	Sem respostas
Tentou explicar ao seu Ministro ou Conselho de Ministros as variações na sua posição nacional sobre questões controversas relacionadas com o que parece ser a posição comum da SADC?	50,0	50,0
Pensa que será possível conciliar o seu interesse nacional ou a sua posição nacional sobre estas questões com o interesse e a posição regionais?	75.0	25.0
O que acha que é necessário para se lograr tal reconciliação? Negociações Consultas contínuas Ter uma posição comum regional para maximizar os ganhos nas negociações Explicar claramente a posição favorecida pelos consultores técnicos, quando apropriado		
<i>Acha que está vinculado por posições tomadas pela SADC ou AMCEN?</i>		
Sim	100	
Não	0	
<i>Será qualquer das seguintes opções útil na resolução das diferenças entre a sua posição nacional e as posições regionais?</i>		
Melhores debates a nível técnico nas reuniões preparatórias	100	0
Actualizar as políticas e os planos da SADC para melhor reflectir a situação actual sobre as questões de importância nos MEAs	87.5	12.5
Encaminhamento das questões contenciosas aos Ministros responsáveis Ambiente	100	0
<b>Relativamente ao engajamento com outros agrupamentos regionais</b>		
Será que a SADC é capaz de manter e defender a sua posição comum quando interage com agrupamentos regionais maiores?	80.0	20.0
Deverão as posições comuns da SADC ser comunicadas junto de agrupamentos regionais maiores por um único representante da SADC?	100	0
Em caso afirmativo, deve ser necessariamente pelo Estado Membro da SADC que preside à SADC no momento em que tem lugar a reunião com os agrupamentos regionais maiores?	81.1	18.2
Há outras questões relacionadas com o engajamento com agrupamentos regionais maiores que devem ser abordadas? Em caso afirmativo, explicita O Presidente da SADC deve assumir a liderança quanto estiver a manter contactos com agrupamentos maiores, mas deve ser apoiado pelos outros Estados Membros da SADC com mais capacidade para permitir melhores negociações.		

Pergunta	Percentagem de inquiridos que indicaram 'Sim'	Percentagem de inquiridos que indicaram 'Não'
<b>Relativamente à actuação e comportamento durante as CoPs</b>		
Deverão as posições comuns da SADC ser comunicadas por um único representante da SADC durante as CoPs? Considera-se que a SADC está a ser inadequadamente coordenada, pelo que este aspecto não é aplicável Seria ideal que a SADC tivesse mais do que um representante	100	0
Em caso afirmativo, será que deve ser necessariamente o Estado Membro da SADC que preside à organização no momento em que a CoP tem lugar? O Secretariado da SADC deve coordenar as reuniões com um presidente reconhecido Não pode ser um representante (Secretariado) da SADC, de modo ideal, seriam necessários dois, o presidente em exercício e o seu adjunto	50	50
<i>Tomando nota de que alguns MEAs têm procedimentos de votação, deverão os Estados-Membros da SADC:</i>		
votar alguma vez uns contra os outros?	87.5	12.5
Nos MEAs em que não haja qualquer votação, deverão os Estados-Membros da SADC pronunciar-se publicamente em oposição a outros Estados-Membros da SADC? Todos os Estados-Membros têm o direito de se pronunciar, a coordenação é fundamental para a manifestação de solidariedade Não, deve haver regras de procedimento	100	0
<b>Quanto à coordenação entre os governos dos Estados Membros da SADC e as ONGs no que respeita aos MEAs</b>		
<i>Notando que algumas MEAs têm procedimentos ou estruturas que permitem a participação da sociedade civil ou das comunidades, haverá:</i>		
Coordenação adequada com a tal sociedade civil ou comunidades :	77.8	22.2
Explicação adequada das posições do governo à tal de civil ou comunidades	87.5	12.5
Qualquer outra questão relativa à sociedade civil ou às comunidades que participam nas CoPs que com as comunidades da região, pois, no m alguns países atenção. Em caso afirmativo, especificar se: Há necessidade de haver uma melhor coordenação passado, o trabalho comunitário só se concentrava e		
A participação em reuniões de coordenação diárias durante as CoPs ajuda a manter a coesão e a coordenação entre os Estados Membros da SADC?	100	0
Será que um especialista, consultor ou coordenador técnico indicado pela SADC para tal função será benéfico para assegurar a coordenação e a preparação durante as CoPs? O representante do Estado Membro da SADC que preside à organização deve desempenhar o papel de coordenação. O Secretariado da SADC, incluindo o especialista, conselheiro ou coordenador técnico, deve apenas providenciar apoio administrativo e de secretariado ao presidente. Não, não há necessidade de um especialista. Os Estados-Membros seleccionarão os seus representantes	88.9	11.1
Existem outras questões relacionadas com a actuação e comportamento durante as CoPs que devem ser abordadas? Em caso afirmativo, explicita O tratamento preferencial dos jovens e o equilíbrio de género é fundamental		

Pergunta	Percentagem de inquiridos que indicaram 'Sim'	Percentagem de inquiridos que indicaram 'Não'
<b>Quanto à necessidade de linhas de orientação</b>		
<p>Considera que a definição de linhas de orientação para a preparação e a coordenação será benéfica para o reforço do impactos da SADC durante as CoPs?</p> <p>As orientações devem ser elaboradas pelos Estados-Membros, sem o envolvimento de especialistas de fora da região</p>	100	0
<p>Em caso afirmativo, há algum aspecto que não tenha sido referido ainda em alguma das perguntas acima que gostaria de ver inserido como parte das linhas de orientação?</p> <p>A SADC deve designar um ponto focal para assegurar a coordenação adequada e evitar que a pessoa fique sobrecarregada. A SADC deve encontrar uma forma de coordenar directamente com os pontos focais dos MEAS, contrariamente à prática actual. Mas ainda é necessário pôr a par o ponto focal global do MEA do país, bem como o ministério dos negócios estrangeiros/relações exteriores</p> <p>A estrutura do Secretariado da SADC é muito fraca no que respeita ao departamento do Ambiente, tanto em termos de pessoal quanto em questões organizacionais. Deve ser reestruturado e devem ser recrutados técnicos altamente versados nas diferentes questões relacionadas com os MEAs</p> <p>A capacidade do Secretariado da SADC necessita de uma maior atenção. Estamos sempre a ser informados de que não existe capacidade do Secretariado da SADC para assegurar a coordenação dos trabalhos</p> <p>O financiamento dos programas da SADC depende principalmente dos parceiros internacionais que, em muitos casos, disponibilizam financiamento com restrições, recrutando especialistas dos seus países. Isso representa um desafio, porque no final os projectos apresentados são aqueles que beneficiam os financiadores</p> <p>Os financiadores também têm uma forma de persuadir os outros Estados-Membros da SADC a comunicarem a sua posição. Talvez a SADC deva considerar adoptar um novo modelo de financiamento programático</p> <p>Organização de reuniões previamente às CoPs e fóruns internacionais para consolidar as posições de forma antecipada</p>		

## Anexo 2

### Linhas de orientação propostas para o desenvolvimento de posições comuns regionais da SADC no âmbito dos MEAs e aspetos relacionados no que respeita aos compromissos por parte dos EMs da SADC no âmbito dos processos internacionais dos MEAs

(documento fornecido em ficheiro separado)



## Anexo 3

### Melhores práticas para as reuniões virtuais<sup>10</sup>

Nota: Estas notas das melhores práticas são redigidas de uma forma adequada para envio aos participantes durante as reuniões virtuais.

#### Previamente à reunião

- 1 Quando receber pela primeira vez o e-mail a convidá-la(o) a participar numa reunião virtual, confirme a sua participação ou decline o convite (haverá botões no ecrã para este efeito). Os organizadores quererão saber quem participará na reunião para facilitar os preparativos.
- 2 Todos os programas informáticos de uma reunião virtual requerem a instalação prévia de um aplicativo e registo como utilizador.
- 3 Deve confirmar que tem o programa informático necessário para a reunião específica instalado no seu computador; caso contrário, procure-o na Internet e transfira-o para o seu computador.
- 4 Alguns programas informáticos de gestão de reuniões virtuais com um nível de segurança mais elevado requerem um processo prévio através do qual é lhe enviado um convite específico pelo anfitrião da reunião virtual.
- 5 Deve localizar o e-mail ou o convite de calendário que é enviado pelo anfitrião da reunião e que contém o número de identificação da reunião virtual, bem como o seu código de acesso.
- 6 Siga as instruções apresentadas no ecrã. O anfitrião admiti-lo-á para se juntar à reunião. Isto pode demorar alguns minutos, por isso seja paciente. O anfitrião da reunião consegue ver quando está a tentar juntar-se à reunião.
- 7 Deve certificar-se de que está conectado e confirma a sua presença, pelo menos, 10 a 15 minutos antes do início da reunião, para que esta possa iniciar a tempo e caso tenha algum problema de ligação, tenha tempo para o resolver.
- 8 A qualidade da ligação dependerá da velocidade da Internet.
- 9 Deve certificar-se de que a sua localização está o mais isenta de ruído possível a fim de minimizar a interferência de ruídos de fundo.
- 10 Deve certificar-se de que o microfone está a funcionar, mas mantenha-o sempre desligado durante a reunião, excepto quando pretender fazer um comentário ou fazer uma pergunta.
- 11 Fale para o microfone com clareza e com um nível de volume suficiente – tem de ser ouvido, mas não deve haver necessidade de aumentar indevidamente o volume da sua voz.
- 12 Mantenha o microfone desligado depois de falar. Lembre-se que os outros participantes na reunião ouvirão quaisquer ruídos, ou seja, se estiver a comer ou a tomar algo, se se esquecer de desligar o microfone.
- 13 Tenha em atenção que a interpretação pode estar disponível. Deve seleccionar a opção do idioma preferido se estiver disponível a interpretação. Ouvirá apenas o idioma seleccionado.
- 14 O presidente ou anfitrião pode solicitar aos participantes que, por breves instantes, liguem as câmaras de vídeo no início da conferência para efeitos de apresentações e saudações.
- 15 Após a apresentação, desligue a câmara de vídeo durante a reunião para se certificar de que tem a largura de banda máxima de Internet para participar na reunião.
- 16 Pode ser mais fácil concentrar-se e ouvir claramente se utilizar auscultadores ou auriculares, uma vez que estes cortarão quaisquer ruídos de fundo no local onde se encontrar.
- 17 Deve certificar-se de que coloca e mantém o telemóvel (e quaisquer outros dispositivos por perto) no modo silencioso ou desligue-os se não necessitar deles.
- 18 Deve certificar-se de que todos os dispositivos necessários para a reunião estão totalmente carregados ou ligados à alimentação a partir do início da conexão, caso existam dúvidas de que a carga da bateria será suficiente para a duração prevista da ligação.
- 19 Esteja bem preparado, instale tudo de que vai necessitar antecipadamente, incluindo todos os documentos da reunião, artigos para escrever e tomar apontamentos e para manter a ligação e participar na reunião.
- 20 Deve estar ciente de que a reunião pode ser toda ela gravada. O anfitrião ou presidente de mesa geralmente anunciará se isso irá acontecer ou não, mas também deve verificar no ecrã do seu computador se essa função tiver sido activada. Também pode solicitar verbalmente que a reunião seja gravada e que receba uma cópia da gravação.
- 21 Quando um apresentador mostra um documento ou uma apresentação em PowerPoint na tela compartilhada, não poderá acessar a sua própria tela para ver qualquer outro documento. É útil ter um segundo dispositivo para visualizar esses documentos, por exemplo, um telemóvel ou um tablet.
- 22 Se desejar apresentar um documento, é melhor enviá-lo antecipadamente ao anfitrião.
- 23 Tente não falar por cima dos outros ou interromper e, sempre que possível, espere que seja convidado pelo presidente para fazer a sua intervenção. Se começar a falar simultaneamente com uma outra pessoa, faça uma pausa e dê a oportunidade à outra pessoa para intervir primeiro. O presidente da sessão irá de seguida conceder-lhe a palavra. Pode visualizar quem está a fazer a sua intervenção consultando a lista dos participantes.
- 24 Se pretende dar o seu contributo durante a reunião, deve certificar-se de que pede a palavra premindo o botão para levantar a mão. O presidente concederá a palavra ao respectivo participante. Deve lembrar-se de baixar a mão depois de fazer a sua intervenção.
- 25 A maioria dos programas informáticos de gestão de reuniões virtuais permite o envio de mensagens a os outros participantes, por exemplo, através da função de «chat». Esta função pode ser utilizada para fazer comentários ou partilhar informações.
- 26 As reuniões virtuais podem ser longas e cansativas. O presidente de mesa pode anunciar uma pausa ou intervalo, caso não o fizer, pode o próprio participante propor um intervalo.

<sup>10</sup> Modificado e expandido com base nas regras básicas para reuniões virtuais adoptadas pelo Fórum Consultivo Africano sobre a Fauna e Flora Selvagens



SADC House, Plot No. 54385  
Central Business District Private Bag 0095  
Gaborone, Botswana

+267 395 1863

[www.sadc.int](http://www.sadc.int)

In partnership with:



Implemented by: **giz** Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH